

1ª quinzena de julho de 2001

ADI VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 84

A aprovação, na Assembléia Legislativa, do projeto de lei que cria a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) é a primeira etapa de um árduo caminho até sua efetivação. Algumas questões polêmicas, como quem participa das eleições para reitor, ficaram subordinadas ao Estatuto, que será elaborado pela comunidade universitária e, em parte, retornará para o crivo dos parlamentares.

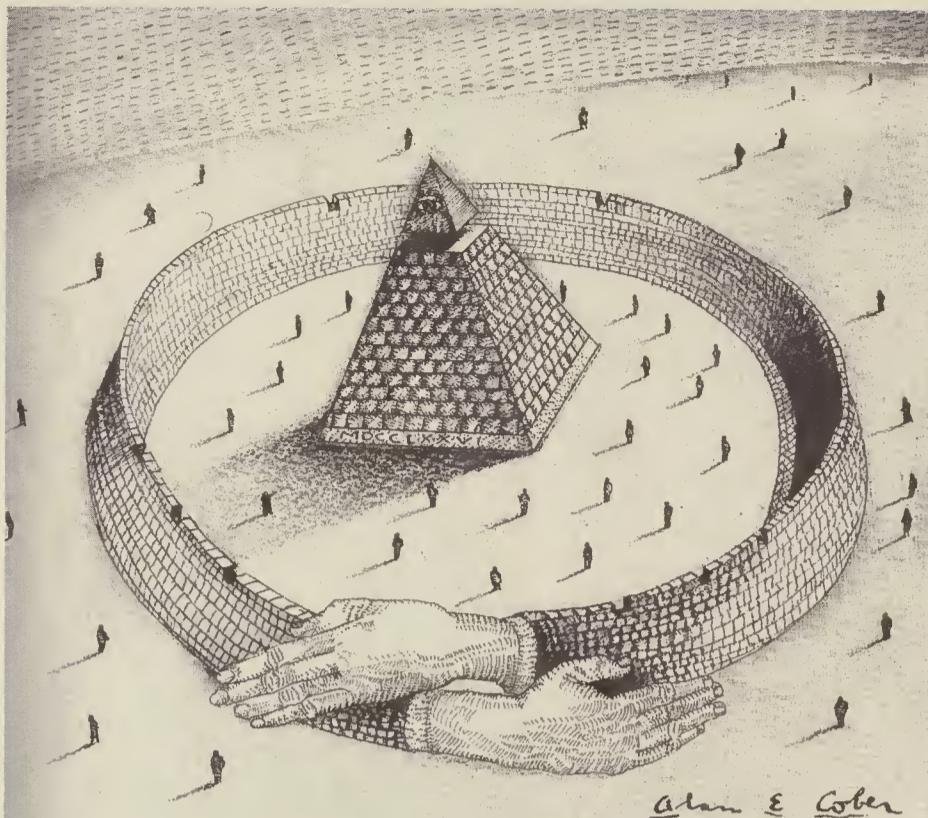
O ano letivo deve iniciar em março de 2002 e o concurso para professores, que devem ser contratados pelo regime CLT, está previsto para outubro. A lei já foi sancionada pelo governador Olívio Dutra.

Páginas 6 e 7

O Fórum Social Mundial 2002 deverá ser mais propositivo e realmente mundializado. Essa foi uma das principais definições dos quase 100 representantes de 44 organizações não-governamentais que se reuniram em São Paulo nos dias 10 e 11 de junho. Para levar a cabo esta tarefa foi criado um Conselho Internacional, responsável por globalizar os conceitos que dão forma ao FSM e assegurar a continuidade do evento para além do ano que vem

Página 5

Uergs vence o primeiro round



O perigo da privatização branca

Neste momento de final do semestre letivo devemos estar preparados para o que o governo FHC pode nos apresentar. Existe a promessa de envio para o Congresso, no segundo semestre, do projeto de Emprego Público, que cria uma grande dificuldade para a universidade continuar pesquisando e produzindo ciência independente de financiamentos diretos do sistema produtivo. Será criado um sistema de emprego pela CLT. Descaracterizada pelas diversas mudanças sofridas nestes últimos anos, o contrato celista coloca um contingente de trabalhadores sempre na iminência de perder seu emprego caso não produza o suficiente, sem se saber muito bem quais as metas a serem atingidas. Criaremos indivíduos sem a necessária independência de produção científica.

Esta universidade, convivendo com estes dois modelos de emprego, viverá uma disputa interna sem precedentes. A briga será entre os funcionários (docentes e técnico-administrativos) com estabilidade e os sem estabilidade, na busca de quem produz mais. Essa disputa, num espaço que hoje enfrenta questões sérias nas relações de trabalho, pode ser fatal para o futuro da universidade. Hoje convivemos com Funda-

ções de apoio que ganham importância ano a ano devido à arrecadação que proporcionam e acabam praticamente sustentando e desobrigando o governo de contribuir para a manutenção do Sistema.

Triste neste momento é constatar que a Andes, absorvida na sua luta interna, na questão das contas e na obstinação cega por uma greve do conjunto dos Funcionários Públicos, leva seus sindicalizados ao desinteresse pela luta que deve ser travada contra a privatização branca, que aumenta na universidade. Até o governo do Estado já tinha seu projeto de universidade privatizada pronto. Recuou a tempo para não consolidar a política que o governo federal estava tentando implantar. Mas os perigos continuam presentes: o Estado não tem dinheiro para sustentar a Universidade Estadual que teria que buscar sua auto-sustentação ou oferecendo cursos de curta duração pagos ou pesquisas de encomenda.

Para o segundo semestre, devemos iniciar uma luta com paralisação forte, para demonstrarmos ao governo e à sociedade que somos uma instituição necessária e fundamental na construção de uma nação livre e soberana.

Terceirização e morte

A terceirização causa acidentes fatais. De 1990 a 1998, a média de mortes no trabalho na Companhia Energética do Ceará (Coelece) era de 1,2 ao ano. Depois de terceirizados os serviços da empresa, em 1999, registraram-se 11 casos, a maioria por descarga elétrica. Em 2000, foram outros sete. E, neste ano, até o final de março, ocorreram mais duas mortes. A queda de fios de alta tensão também é mais frequente com a terceirização. Têm ocorrido até mortes de usuários, devido à falta de manutenção na rede elétrica. A Coelce tem hoje 1,5 mil empregados e três mil terceirizados. Com pouco preparo, ganhando menos que os trabalhadores concursados, eles freqüentemente estão onde ocorrem acidentes. Vale lembrar o caso de 11 trabalhadores da Petrobras mortos na P-36 por uma combinação explosiva: mais produtividade com menores custos de manutenção.

Pacote tributário

Parlamentares de oposição na Câmara Federal defendem que a CPMF, mantida no minipacote econômico anunciado pelo governo FHC, tenha caráter iminentemente fiscalizador, com a redução substancial da alíquota. A idéia é que a arrecadação dos R\$ 18 bilhões da CPMF seja "compensada" pela cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e sobre remessas de lucro para o exterior. Caberia à Receita Federal fazer o cruzamento de dados das declarações com a movimentação da CPMF, para garantir o caráter fiscalizador da contribuição. O bloco de oposição também deve fechar questão em torno da necessidade de correção da tabela do Imposto de Renda e do combate às mudanças no ICMS que dizem respeito à autonomia tributária dos Estados.

Autonomia

O governo federal deve formar duas comissões para apresentar sugestões de medidas que permitam a autonomia das universidades federais. As instituições reivindicam autonomia para decidir quanto, onde e como gastar os recursos destinados pelo Orçamento Geral da

União. "Encontramos um meio de avançar nesse assunto, já que a autonomia é algo que vai demandar muito tempo para ser aprovada", afirmou Carlos Roberto Antunes, presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Antunes, que negocia com o MEC a formação das comissões, explicou que os grupos poderão sugerir medidas como a liberdade para decidir o que fazer com superávits orçamentários.

Cresce desemprego e indústria diminui

Durante o ciclo de seminários Um Outro Brasil é Possível, dia 4 de julho, na Ospa, Cesar Benjamin apresentou vários números importantes sobre o País em seu painel "A Opção Brasileira". Entre outras coisas, ele lembrou que, de 1930 a 1980, a indústria brasileira cresceu 9,5% ao ano. "Isso gerava, durante o mesmo período, um crescimento do emprego em 6%, numa época em que a população do País aumentava em apenas 2,5%", disse. A reviravolta veio na década seguinte. Entre 1990 e 2000, a mesma indústria brasileira desempregou 48% de sua força de trabalho, a ponto de hoje o desemprego ser de 16 a 18% da população. Isso se agrava em regiões de grande concentração populacional. Salvador e Recife tem 25% de desemprego e as regiões metropolitanas ao redor dessas mesmas cidades têm 30% de seus trabalhadores sem emprego.

Erramos

- 1) A grafia do nome do economista inglês Thomas Malthus (1766-1834) na matéria "Uma crise anunciada" (edição 83).
- 2) Miguel Ângelo Gusmão, presidente da Câmara de Pesquisa da Ufrgs, participou do 11º Encontro das Comissões de Saúde e Ambiente de Trabalho da Ufrgs (Cosat), realizado dia 26 abril. Pedro Cesar Dutra Fonseca, citado na matéria "Cosats lutam por saúde e segurança" (edição 82), é ex-presidente da Câmara.

Premiação

A aluna Fernanda Jung Drebes, orientada pelo professor Glênio Viana Bohrer, foi uma das vencedoras da 2º Edição da Premiação CSN na Construção Civil. Sobre o trabalho de Fernanda, a Comissão Julgadora fez as seguintes considerações: "sadio pragmatismo profissional, simplicidade construtiva sem abrir mão das características expressões plásticas que o uso do aço enseja. Coerência levada inclusive ao tratamento das vedações externas". O projeto do Centro de Entretenimento elaborado pela estudante da Ufrgs está disponível no endereço www.csn.com.br, em versão flash (animação) e html (estática).



MOBILIZAÇÃO

Professores decidem parar uma semana em setembro



Cristina Lima

Docentes das instituições federais de Ensino Superior decidiram parar durante uma semana em setembro, como preparação para uma possível greve no segundo semestre. A decisão foi tomada durante o 42º Conad (Congresso Nacional de Docentes), que aconteceu em Uberlândia entre os dias 28 de junho e 1º de julho. Segundo o presidente da Adufrgs, Rubens Weyne, os professores voltarão a se reunir em Brasília, após a paralisação, para avaliar a mobilização e definir os rumos do movimento. Há a possibilidade de se unirem aos demais servidores federais em uma greve geral. Na última assembléia da Adufrgs, dia 25 passado, os docentes votaram pela construção de uma greve a partir de agosto.

Os salários dos servidores federais não são reajustados desde janeiro de 1995, o que corresponde a uma inflação acumulada de 78%, conforme foi relatado durante a assembléia do dia 25. Nas

últimas greves, ganharam adicionais em forma de gratificações, benefícios que podem ser retirados pelo governo federal a qualquer momento. A substituição da GAE (Gratificação por Atividade Executiva) pela GDAE (Gratificação de Desempenho de Atividade de Técnico Administrativo Educacional), que atingiu os servidores federais da educação, está preocupando os docentes. A categoria teme que a medida do governo federal seja aplicada também para os professores. A GDAE é uma gratificação que varia de zero a 200% do salário, de acordo com o desempenho do funcionário, enquanto a GAE é fixada em 160%.

Outra preocupação dos professores reside na promessa do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, de apresentar a Lei do Emprego Público nos próximos meses, o que seria um primeiro passo para a implantação do regime CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) no

serviço público federal. Muitos temem que o governo, estrategicamente, lance o projeto no próximo recesso escolar, o que dificultaria a mobilização da classe.

Edson Lindner, primeiro tesoureiro da Adufrgs, defende a greve unificada entre os servidores da educação, mas admite que os professores ainda não atingiram um grau de mobilização satisfatório para a incorporação ao movimento.

Na última assembléia foi votado também o encaminhamento à Justiça de uma ação pedindo a volta do pagamento de férias para professores afastados por mestrado ou doutorado. Segundo o presidente da Adufrgs, mestrandos e doutorandos não recebem férias desde o ano passado, salvo algumas universidades que não adotaram a medida. A assessoria jurídica da Adufrgs estuda ainda a possibilidade de solicitar férias dobradas, como multa pela suspensão. Serão contemplados na ação somente os professores associados.

PACOTE

Andifes quer concurso interno

A portaria dos ministérios da Educação e do Planejamento autorizando a contratação de 2 mil professores para o próximo ano letivo deverá ser publicada no início de julho. Sete universidades novas ou que criaram novos campus terão direito a 198 vagas. O fato dessas instituições não estarem contempladas na proposta original atrasou a divulgação do pacote, segundo Carlos Roberto Antunes, presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Agora, as próprias instituições definirão quantas vagas serão destinadas a professores titulares e para outros níveis. Os reitores já pediram autorização do Ministério da Educação para que as vagas de titular sejam preenchidas através de concurso interno. Eles reivindicam também que as vagas de adjuntos selecionados para o cargo de titular sejam preenchidas através de um novo concurso.

Relações de trabalho

Juntos, Andifes e MEC acertaram parceria para realização de um seminário internacional sobre relações de trabalho nas universidades. Os reitores estão preocupados com informação de que esse é o último concurso do MEC baseado no Regime Jurídico Único e querem investigar os tipos de contrato feitos em outros países. O seminário deve anteceder o envio do projeto de emprego público ao Congresso Nacional, que deve ocorrer no segundo semestre. O projeto institui a contratação de professores pelo regime celetista (CLT), o mesmo que rege os funcionários de empresas privadas.

Os reitores, por sua vez, defendem para os docentes a mesma estabilidade das carreiras exclusivas do Estado, como militares, diplomatas e fiscais da receita.

EDUCAÇÃO

MEC muda regras para o Ensino Superior

Será mais fácil fechar cursos superiores que tiveram resultados insatisfatórios em avaliações realizadas pelo Ministério da Educação. Uma reforma na Sesu (Secretaria de Ensino Superior) e no CNE (Conselho Nacional de Educação) vai deixar sob a responsabilidade do Ministério a possibilidade de suspender e fechar cursos considerados ruins. Atualmente, esse processo tem de passar por avaliação do CNE. A divulgação foi feita no início do mês pelo ministro Paulo Renato Souza. O MEC também passa a concentrar a maior parte dos processos de criação de cursos, que antes precisava do aval do CNE. O Conselho tem sido, nos últimos meses, alvo de acusações de facilitação de abertura de cursos superiores. As acusações chegaram a acarretar a demissão do chefe de gabinete do Ministério, Edson Machado de Sousa, que é marido de uma das proprietárias de uma faculdade em Brasília.

Com as mudanças, os cursos que não são ligados a centros universitários ou universidades e os que ficam

fora do campus original da universidade serão autorizados exclusivamente pelo MEC. As exceções são direito, medicina, odontologia e psicologia. Os critérios para a suspensão e o fechamento dos cursos ainda não estão totalmente definidos. A proposta, que será analisada pelo Conselho, é que as faculdades sejam automaticamente suspensas quando tiverem três notas "E" consecutivas no Exame Nacional de Cursos (provão) e dois conceitos insuficientes na avaliação das condições de oferta sobre infra-estrutura, currículo e formação dos professores.

Atualmente, existem 113 cursos de 13 áreas que estão com duas notas "E" consecutivas, nos provões de 1999 e 2000. O resultado da avaliação deste ano sairá em novembro. Com a suspensão, a faculdade ficará proibida de fazer novos vestibulares e os diplomas dos formandos no período ficam suspensos. O curso terá que pedir novo credenciamento dentro de um ano. O MEC analisará o processo. O Instituto Nacional de Es-

tudos e Pesquisas Educacionais será responsável pelas avaliações dos cursos – hoje nas mãos da Sesu –, enviando comissões de especialistas para verificar as condições da faculdade. Se a avaliação do curso suspenso for positiva, ele recebe uma nova credencial e poderá continuar funcionando. Se for negativa, é automaticamente fechado por um ato do ministro.

Atualmente, após a avaliação negativa, o curso recebe a visita de uma comissão de especialistas. O relatório é enviado ao CNE, que precisa dar mais um prazo para a faculdade tomar providências. Depois, mais uma visita é feita, e novo relatório é enviado ao CNE. Até hoje, depois de cinco "provões", nenhum curso foi fechado. As universidades e os centros universitários que tiverem muitos cursos mal avaliados também terão punição.

Os conselheiros do CNE aprovaram a proposta, que sairá em decreto e uma Medida Provisória, para então serem enviados à Casa Civil.

FÓRUM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO

Organizadores pretendem reunir 15 mil pessoas em Porto Alegre

O Fórum Mundial da Educação, que promete reunir em Porto Alegre, no mês de outubro, cerca de 15 mil pessoas da área de educação do mundo inteiro já tem um formato. Com calendário definido e alguns painelistas confirmados, o evento terá quatro eixos temáticos: "Educação como Direito", "Educação e Culturas", "Educação, Trabalho e Tecnologia" e "Educação e Transformação". O último terá como principal debatedor o professor francês da Université Saint-Denis, Bernard Charlot, que desenvolve um trabalho com populações jovens da periferia de Paris. Rosa Maria Torres, do Equador, participará dos debates do terceiro eixo. O encontro tem como objetivo debater a educação no mundo globalizado, e será preparatório ao Fórum Social Mundial 2002, marcado para acontecer em janeiro próximo, em Porto Alegre.

O primeiro eixo foi subdividido em quatro temas: perspectivas para a educação infantil, movimentos de educação de jovens e adultos, gestão pública da educação e escola no século XXI. No eixo II serão discutidas as práticas e identidade dos docentes, educação e tecnologia, a universidade no contexto contemporâneo e a relação da crise do trabalho no mundo com a educação. A diversidade lingüística, cultural e racial ganha espaço no terceiro eixo, assim como a arte e a violência social. No quarto e último a discussão será em torno da educação popular, cidades como espaços educativos e meio ambiente, entre outros.

O comitê de organização do evento, formado por representantes das prefeituras de Porto Alegre, Alvorada, Gravataí, Viamão e Cachoeirinha, conselhos de Educação, universidades e entidades de classe, já definiu as comissões temática, cultural



Charlot: professor francês vai participar de painel "Educação e Transformação"

e de comunicação. Paralelamente busca patrocínio para financiar cerca de R\$ 1 milhão – do total de R\$ 2 milhões – que falta para viabilizar a realização do fórum. Parte deste valor, a organização espera angariar com as inscrições, abertas no último dia 22 (ver quadro).

O fórum, de acordo com os organizadores, pretende centralizar a atenção nas experiências educacionais do Brasil, América Latina, África e Ásia. No roteiro pré-definido constam quatro grandes conferências simultâneas, marcadas para as 14 horas do dia 25 de outubro. Por isso, alerta o comitê de organização, os participantes devem se inscrever para apenas uma. Todos os dias, pela manhã e tarde, acontecem debates paralelos. O calendário definitivo será divulgado no final de setembro.

Critérios para inscrições

1. Inscrição de participantes individuais ou delegados:

- 1.1. identificação se a inscrição é individual ou de delegado;
- 1.2. preenchimento de dados pessoais (nome, endereço, e-mail, fone/fax, profissão, instituição ou entidade a que está vinculado, nacionalidade, idioma(s) em que se comunica);
- 1.3. opção por um dos quatro eixos temáticos;
- 1.4. opção por um dos quatro debates temáticos correspondentes ao eixo escolhido;
- 1.5. a opção referente ao relato de experiência se dará a partir da programação constante no material que cada inscrito receberá na recepção no dia da abertura dos trabalhos (24/10/01), e dará entre os relatos inscritos no respectivo eixo de inscrição;
- 1.6. Valor de inscrição internacional: Individual - \$10,00 (dez dólares); Delegados - \$20,00 (vinte dólares);
- 1.7. Valor de inscrição nacional (Brasil): Individual - R\$25,00; Delegados - \$50,00;
- 1.8. o pagamento deverá ser efetuado via cartão de crédito ou documento bancário;
- 1.9. envio da ficha preenchida com o comprovante de pagamento da taxa de inscrição para o endereço do Comitê de Organização do Fórum Mundial de Educação.

2. Inscrição de trabalhos/relatos/oficinas:

- 2.1. o autor deverá inscrever o relato identificando a instituição/entidade (Universidades, ONG's, centros de estudos ou pesquisa, associação sindicais, comunitárias, etc.) a que está vinculado e representando, necessariamente;
- 2.2. identificação do autor (nome, endereço, e-mail, fone/fax, profissão, entidade ou instituição a que está vinculado, nacionalidade, idioma(s) em que se comunica, currículo resumido);
- 2.3. identificação do trabalho/relato/oficina (modalidade, título, linha de pesquisa e eixo temático por aproximação);
- 2.4. resumo do trabalho/relato/oficina de no máximo 600 caracteres, enviado via e-mail ou em disquete;
- 2.5. a inscrição é gratuita;
- 2.6. identificação de necessidades de apoio técnico para a apresentação;
- 2.7. envio da ficha preenchida e demais informações até o dia 31 de julho de 2001 para o Comitê de Organização do Fórum Mundial de Educação.

As inscrições serão viabilizadas via Internet, boleto bancário e pacote turístico.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Smed)

MARCHA

Uma luz para o Brasil

O fim da corrupção e uma nova política econômica para o Brasil foram o mote da marcha "Uma Luz para o Brasil", que reuniu milhares de pessoas em Brasília, no último dia 27. Eles pediram a apuração das denúncias de corrupção no governo e protestaram contra o "apagão".

De acordo com os organizadores, aproximadamente 70 mil pessoas participaram da manifestação. Um confronto entre estudantes e a PM causou tumulto e deixou feridos. O estudante carioca Fábio Sílvio Santos, 23 anos, teve uma costela quebrada ao ser pisoteado por um cavalo da PM.

Para o deputado federal Henrique Fontana (PT/RS), a marcha foi uma demonstração de consciência cívica e de responsabilidade com o País. Fontana citou algumas medidas básicas pa-

ra a retomada do crescimento econômico, como investimentos em infra estrutura, recuperação do parque energético brasileiro, redistribuição de renda, melhoria do salário mínimo e reajuste do salário dos servidores federais.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, João Felício, acredita que só a pressão popular vai "convencer" a maioria dos deputados da necessidade de instalar uma CPI para apurar as denúncias de corrupção. Já na opinião do presidente da CUT/RS, Quintino Severo, a manifestação foi uma prova concreta da insatisfação popular com o governo de FHC.

Corrupção: Protesto reuniu milhares no coração do poder



FSM 2002

Mais propositivo e mais mundializado

O Fórum Social Mundial 2002 deverá ser propositivo e realmente mundializado. Para isso, uma série de ações está sendo realizada pela coordenação do evento que divulgou o nome de Porto Alegre no mundo inteiro em janeiro deste ano. A mais importante foi a criação, em São Paulo, nos dias 10 e 11 de junho, do Conselho Internacional 2002. O grupo, composto de organizações e redes internacionais, mais do que um grande Fórum, quer assegurar a continuidade do evento para além do ano que vem, globalizando seus conceitos.

O principal trabalho do Conselho será captar as atenções de outras partes do mundo, como Ásia, África e Oceania, para o Fórum de Porto Alegre. Na América do Norte e Europa, as relações já estão estabelecidas desde o FSM 2001, mas precisam ser reforçadas inclusive com maior participação dos países do leste. A situação dos outros continentes é mais complicada. Ainda que muitas redes internacionais representem o evento em diferentes lugares, sua atuação deve ser ampliada no sentido de garantir maior participação desses países no próximo Fórum.

Para tratar da criação do Conselho Internacional, quase 100 representantes de 44 organizações não-governamentais, redes e movimentos sociais das Américas, África, Ásia e Europa participaram da reunião em São Paulo. Entre outros, estiveram alguns dos idealizadores do Fórum Social Mundial 2001, pontas de lança do movimento internacional antiglobalização: João Pedro Stédile (MST), Bernard Cassen (Le Monde Diplomatique), Oded Grajew (Cives), Eric Toussaint (Comitê pela Anulação da Dívida dos Países do Terceiro Mundo), Sérgio Hadadd (Abong), François Houtart (Fórum Mundial das Alternativas), Pierre Vuarin (Livre de Pedras Século 21) e Roberto Savio (IPS).

O presidente da Associação Brasileira de Ongs (Abong), Sérgio Haddad, esclarece que o Comitê Internacional do FSM constitui-se numa instância para ampliar o que foi feito em Porto Alegre em 2001, "tornando o evento mais permanente, global, não só localizado, e ajudando na globalização dos seus conceitos". O Conselho Internacional foi constituído com o equilíbrio de entidades regionais e internacionais, Ongs e entidades empresariais para atender diversas regiões do planeta. Durante a reunião, um dos trabalhos principais foi avaliar o Fórum Social 2001. "O FSM 2001 foi muito positivo. A prova é que convidamos 60 organizações para virem, com seus próprios recursos, a essa reunião em São Paulo, e 44 compareceram. Isso demonstra o envolvimento em relação ao evento. Essas pessoas estão tomando em suas mãos a missão de realmente internacionalizar o FSM", fala.

Haddad diz que já há algumas atividades marcadas em Quito, no Mali e Barcelona. Eles significam os primeiros passos da internacionalização do Fórum de Porto Alegre. "Além desses, é possível que alguns eventos se realizem paralelamente ao de Porto Alegre", afirma. Haddad não tem informações sobre que cidades poderiam sediar esses encontros paralelos, mas é possível que novidades sejam anunciadas em outubro quando ocorre uma segunda reunião, em Dakar, do Conselho Internacional. Até lá, os integrantes do Conselho já deverão ter enraizado a idéia do FSM no mundo inteiro. Porém, o Conselho não decide nem sobre locais para realizar outros fóruns nem qualquer alteração nos próprio desenvolvimento do evento. "Ele não é uma instância de poder, mas sim de articulação e equilíbrio da diversidade regional. O objetivo único é dar organicidade ao movimento", afirma.

Enraizar o Fórum Social Mundial no planeta inteiro. Este é o primeiro desafio do Conselho. O segundo é colocar em prática a complexa metodologia do encontro

Seminários são a novidade do FSM 2002



Conferências

Ao todo vão ocorrer 16 conferências, quatro por tema. Elas vão esclarecer propostas já formuladas pela sociedade civil nos quatro eixos de discussão do Fórum 2001. A idéia é que em 2002 as discussões sejam mais férteis do que em 2001. O objetivo principal é que as conferências consigam produzir propostas concretas aos temas abordados. Para assegurar um processo mais orgânico, elas serão conduzidas por apenas uma rede ou coalizão, que se responsabilizará por apresentar propostas. Os organizadores do Fórum querem sair de Porto Alegre com propostas a serem adotadas pela sociedade como um todo, como parte do projeto de um mundo melhor. O Fórum será o momento final das conferências, com a apresentação do que for debatido aberta e participativamente antes de janeiro.

Workshops (Oficinas)

Oficinas são o momento para encontrar experiências mais concretas. Nelas, os participantes mostraram a

diversidade da sociedade civil mundial e o que está na vanguarda concreta do movimento antiglobalização. Há a preocupação de que as oficinas não se configurem em retalhos de atividades dispersas, mas que sejam momentos de estreitar laços de redes e grupos. Mesmo que o alvo seja a diversidade, é preciso buscar o entrelaçamento de experiências. O prazo para inscrever oficinas vai até 31 de dezembro.

Testemunhos

Solução original do FSM, os testemunhos estabelecem um contato entre público e personalidades cujos feitos são considerados pela organização do evento como um patrimônio da ação de cidadãos pelo mundo. Neste caso a preocupação é conseguir maiores acomodações para os públicos, pois em 2001 faltou lugar para o público em testemunhos dos escritores Ariel Dorffman e Eduardo Galeano, entre outros. A organização está atentando para a importância de assegurar uma maior diversidade tanto em termos geográficos como políticos e culturais.

Seminários

Atividades novas no FSM, deverão ser diferenciadas das conferências e oficinas. A tarefa dos seminários não será formular propostas, nem serão oportunidade para encontros e trabalho em rede. A proposta é que se façam atividades escaladas, mas organizadas de forma diferente. Em termos práticos, os seminários aliviarão a pressão das grandes oficinas, altamente produtivas do FSM 2001. Eles serão organizados pelos grupos que os propuserem. Esses mesmos grupos terão a responsabilidade de coordenação dos seminários. Os assuntos estarão dentro dos temas discutidos nos quatro eixos do FSM.



Conselho Internacional:
Quase 100 representantes de 44 organizações das Américas, África, Ásia e Europa participaram da reunião em São Paulo

internacional. Como ele vai ocorrer? Deverá ser maior que o primeiro. Mas quanto? Chega-se a falar em 100 mil participantes. Mas onde essas pessoas ficarão em Porto Alegre? E onde fazer oficinas e seminários para tanta gente? Se todos são muito bem-vindos, também é verdade que qualquer ampliação certamente resultará em problemas de logística que precisam ser superados até janeiro do ano que vem.

Porto Alegre 2003

Sobre a possibilidade de o Fórum Social Mundial não ser mais realizado em Porto Alegre a partir de 2002, Haddad afirma: "A idéia é ter um Fórum circulando pelo mundo, o que não quer dizer que não se pode fazer um ao mesmo tempo em Porto Alegre também". Tudo isso, reforça o presidente da Abong, faz parte da mundialização do evento. Na opinião de Haddad, a expectativa redobrada em relação ao próximo Fórum existe porque o FSM 2001 foi um "evento fantástico". O número de participantes deverá se multiplicar em relação aos 20 mil presentes em Porto Ale-

gre em janeiro passado. "Está havendo um empenho muito grande do governo do Estado, Prefeitura de Porto Alegre e Comitê Gaúcho para fazer o segundo Fórum ser realmente muito maior do que o primeiro", fala Haddad. Isso, no entanto, remete ao problema da estrutura. "Temos que descentralizar o Fórum, que não poderá ficar mais só na PUC. Acho que ele deverá ter uns dois ou três pólos. A Ufrgs, certamente, será um lugar importante neste próximo evento", lembra.

Em linhas gerais, a estrutura necessária é parecida com a do ano anterior, só que três ou quatro vezes maior. Os organizadores esperam também a presença de muitas personalidades internacionais que não puderam vir na primeira edição, entre eles José Saramago e Nelson Mandela. Por enquanto, no entanto, descartam a participação de chefes de Estado. Uma das razões é que eles só poderiam participar em caráter oficial, com a intermediação do Itamaraty. As inscrições para o Fórum Social Mundial 2002 poderão ser feitas pelo site www.forumsocialmundial.org.br a partir de agosto. Os critérios ainda não foram definidos.

UERGS

**Batalha:**

Manifestações em frente à Assembléia e embate no plenário marcaram a sessão que aprovou a criação da Uergs

explica Anunciação. Foram alterados, por exemplo, os pontos do projeto que tratam da eleição para reitor. Na nova forma, os critérios de participação e composição do Colégio Eleitoral são fixados pelo estatuto da instituição. O Conselho Universitário (Consun) também teve alteração: muda o percentual de integrantes da comunidade universitária, ainda não definido. Além disso, o estatuto do Consun será votado na Assembléia Legislativa. Para não atrasar o início das aulas, o governo conseguiu aprovar um estatuto e um Consun provisórios.

Outras emendas importantes aprovadas são as que alteram a personalidade jurídica da Fundação de Direito Privado para simplesmente Fundação e a que determina que o orçamento da Uergs (R\$ 16 milhões) não pode sair dos 35% que vão anualmente para a Educação. Também não podem ser do 0,5% que vai para o Ensino Superior Comunitário, nem dos 1,5% da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Ficou definido que a Uergs, a princípio, deve aproveitar instalações e pessoal do próprio governo do Estado. A questão da reserva de vagas é outra polêmica. A Uergs deverá ter 50% de suas vagas para alunos carentes e 10% para portadores de deficiência física. Há controvérsias quanto aos critérios para avaliar quem são os estudantes carentes. Os deputados aprovaram ainda que a universidade deva estar presente em todas as 22 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). "Isso vai tirar a flexibilidade da Uergs, porque, num primeiro momento não há a possibilidade estar em todas as regiões", afirma Anunciação.

Trabalho forçado

Uma das emendas mais polêmicas foi proposta pelo deputado Vilson Covatti, líder da bancada do PPB, e aprovada por 17 votos a 13. Com a emenda, os alunos beneficiados com a gratuidade do ensino na Uergs deverão prestar gratuitamente serviços ao Estado, na área de sua formação, por, no mínimo, quatro horas semanais, pelo mesmo período de duração do curso. Ela foi considerada uma das mais estapafúrdias emendas ao projeto.

Uergs aprovada, mas cheia de emendas

Foram seis meses de uma memorável batalha entre o governo do Estado e parlamentares dos partidos conservadores até que, dia 28 de junho, e com 19 emendas, a Assembléia Legislativa aprovou a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). A lei foi sancionada pelo governador Olívio Dutra no dia 10 de julho. De setembro a dezembro serão encaminhadas as licitações para compra de equipamentos e contratação de recursos humanos. O início das aulas está previsto para março de 2002.

Textos Jéferson Assumção

Fotos: Cristina Lima

Promessa de campanha do governador Olívio Dutra, debatida em dezenas de consultas à população em todo o Estado durante vários meses, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) resistiu aos discursos coléricos e a um festival de demagogia oposicionista. Foi difícil, mas em março de 2002 ela estará abrindo as portas do ensino superior para centenas de estudantes. Até o final do ano que vem, mil gaúchos deverão estar freqüentando a universidade pública estadual. Do ponto de vista dos professores, no entanto, uma grande preocupação. Não está definido o caráter jurídico da fundação em torno da qual a Uergs se organizará. A princípio ela seria uma fundação de direito privado, mas o texto final do projeto a coloca simplesmente como fundação, sem especificar mais nada. A definição ficou para os próximos meses, quando inicia a etapa de criação do es-

tatuto da Uergs.

Foram quase 20 alterações no projeto, muitas delas concedidas pelo governo para apressar a aprovação do projeto, que vinha sendo bombardeado pelo PMDB, PSDB, PTB e companhia. A alteração mais grave foi a vinculação da Uergs à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia. Até o fechamento desta edição, a informação era que a emenda seria vetada por Olívio Dutra. Assim, a Uergs não ficaria subordinada a nenhuma secretaria, nem mesmo à Secretaria de Educação, como estabelecia o projeto original. Na avaliação dos governistas, a emenda não vai inviabilizar a criação da Uergs. Era apenas a última bandeira dos deputados de oposição. As outras foram sendo deixadas pelo caminho, à medida que o apoio da população gaúcha ao projeto foi crescendo.

Primeiro os oposicionistas queriam que o Estatuto da Uergs fosse aprovado

por lei. Não conseguiram. Também tentaram, sem sucesso, levar a votação para o segundo semestre, o que deveria atrasar a implantação da universidade. A assessora de Educação da bancada do PT na Assembléia, Maria Anunciação Sieczkowski, acompanhou todo o processo e diz que, se voltasse à Assembléia, o Estatuto da Uergs poderia ter sua autonomia seriamente ferida. "O objetivo deles era empurrar o processo. Assim, toda a discussão voluntaria e os deputados teriam mais condições de inviabilizar o início das aulas, previsto para 2002", aponta. A idéia, segundo a assessora, era fazer com que a Uergs ficasse apenas como uma promessa de campanha de Olívio Dutra.

Para evitar esse desgaste, o governo acabou ajudando a aprovar emendas contrárias à sua idéia inicial de universidade (ver box). "Abrimos mão de algumas coisas para não perder tudo",

Verba para 2002 já está garantida

Os deputados governistas eram contrários à vinculação da Uergs à Secretaria de Ciência e Tecnologia (emenda aprovada por 22 a 18). Queriam que permanecesse com a Educação, como previa o projeto original. O chefe de Gabinete da secretaria estadual de Ciência e Tecnologia, Mário Wrege, afirma que o mais importante é a Uergs ter passado pela Assembléia. "Temos uma clara expectativa de que ela se integre o mais rápido possível ao sistema estadual de ciência e tecnologia", disse o professor. Quanto à questão da falta de verbas e da impossibilidade de o dinheiro sair da rubrica da Educação, mostrou-se tranquilo. A verba já está incluída no Orçamento do ano que vem. "Daí para a frente a gente vê. Tem que começar", diz. Para ele, as mudanças no projeto não chegam a afetar a universidade como um todo. "Na questão do regime jurídico é que não se chegou a uma solução", lamenta.

O presidente da Adufrrgs, Rubens Weyne, considera a aprovação da Uergs na Assembléia uma "vitória

parcial". Sem dinheiro, no entanto, alguns velhos fantasmas da universidade pública podem encontrar novo espaço para procriarem. "Como o governo não tem dinheiro, não pode garantir que a universidade não vá passar por um processo de privatização branca", alerta. A saída até agora sugerida, de criação de uma Fundação, nos moldes das que hoje já apóiam as universidades federais, é vista com preocupação pelo professor. "O problema é que as fundações têm angariando dinheiro mais para os professores do que para a instituição", explica.

Um exemplo seriam os cursos de especialização e de extensão. Destes projetos, apenas 20% ficam com a universidade. Weine diz que não é contra as fundações, mas pensa que os projetos devem beneficiar mais a instituição do que os professores. "O certo é que as negociações entre universidade e setor privado, e até mesmo público, se dêem via institucional e não entre professores e empresas", defende.

Emendas ao projeto (aprovadas)

		Posição do Placar governo
nº 7	Alunos deverão prestar serviços gratuitos ao Estado para retribuir estudo recebido.	Contra 17 a 13
nº 13	Organiza a Uergs em forma de Fundação.	Favorável 38 a 0
nº 14	Uergs ministrará ensino de graduação, pós e formação de tecnólogos. Oferecerá cursos presenciais e não-presenciais, extensão, assessoria científica e tecnológica. Poderá ministrar cursos a distância, com recursos eletrônicos.	Favorável 38 a 0
nº 15	Poderá ter órgãos centrais, unidades universitárias e unidades complementares.	Favorável 38 a 0
nº 17	Consun coordenará elaboração e aprovação do Estatuto.	Favorável 41 a 0
nº 18	Mandato no Consun regulamentado pelo Estatuto.	Favorável 41 a 0
nº 19	A reitoria terá estrutura definida no estatuto da Uergs.	Favorável 40 a 0
nº 20	Reitor será escolhido em eleição direta, nos termos estabelecidos no Estatuto da universidade	Favorável 41 a 0
nº 21	Uergs prioriza utilização de imóveis do Estado.	Favorável 38 a 0
nº 22	Uergs poderá, em caráter excepcional e por tempo limitado, contar com a colaboração de profissionais de reconhecida competência e formação em áreas específicas para exercer atividades universitárias de docência.	Favorável 41 a 0
nº 23	Uergs fica vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia.	Contra 22 a 18
nº 24	Veda a possibilidade de a Uergs aplicar recursos dos artigos 201, parágrafo 3º, e 202 da Constituição Estadual (os artigos tratam dos 35% do Orçamento que devem ser aplicados em educação, dos 0,5% para o crédito educativo e 1,5 da Fapergs).	Favorável 41 a 0
nº 25	Consun terá representantes da reitoria, unidades, da comunidade universitária, sociedade civil e poderes públicos.	Favorável 40 a 0
nº 26	Uergs funcionará em todas as regiões do Coredes.	Contra 22 a 12
nº 42	Assegura 50% de vagas para quem tem hipossuficiência econômica, na forma do Estatuto.	Favorável 38 a 0
nº 43	Candidatos deverão comprovar renda familiar na inscrição ao vestibular.	Favorável 38 a 0
nº 45	Elaboração do Estatuto será feita depois de amplo debate com a comunidade universitária.	Favorável 39 a 0
nº 46	Assegura 10% das vagas a portadores de deficiência.	Favorável 40 a 0
nº 47	Uergs poderá ter Estatuto Provisório e Conselho Superior Provisório.	Favorável 40 a 0

Concurso público será em outubro

A finalidade da Uergs é levar a diversas partes do Estado o ensino de graduação, de pós-graduação e de formação de tecnólogos, priorizando os aspectos humanos ao mesmo tempo que busca inovação, transferência e oferta de tecnologia. O objetivo é o desenvolvimento regional, aproveitando as características profissionais de cada localidade em que a universidade estará. O coordenador da comissão de implantação da Uergs, Jose Clovis de Azevedo, aguarda o projeto aprovado pelos deputados gaúchos para elaborar o estatuto provisório e o decreto de criação da Uergs. "O passo seguinte será registrar em cartório, mas tudo isso deve estar pronto num prazo de 30 a 60 dias", diz o coordenador.

Terminada a longa etapa até a

aproviação do projeto na Assembléia, vem agora o período de formatação da Universidade Estadual. Primeiro a comissão de implantação selecionará os cursos e preparará o material necessário para levar até o Conselho Estadual de Educação. No Conselho, será feito o pedido de autorização dos cursos (ainda em número indefinido). O que se sabe até agora é que eles serão desenvolvidos nas áreas de Agrodesenvolvimento, Formação de Professores, Gestão Ambiental e Gestores Públicos.

O momento atual é de análise de como vai funcionar a Uergs do ponto de vista jurídico. Definido isso, em outubro deve ser realizado o concurso para professores, que serão contratados pelo regime de CLT. "A Uergs vai poder contratar

depois do concurso, também de acordo com as necessidades", fala Jose Clovis. Ainda não foi feito um levantamento do número de professores necessários. Tudo está dependendo das dimensões a serem definidas para a universidade. O que se sabe é que ela vai primeiro aproveitar o que o Estado já tem. Os gaúchos saberão o número de cursos, de estudantes e de prédios a partir de setembro. Segundo Jose Clovis, o governo do Estado pretende construir um plano de cargos e salários para funcionários e professores. "Como o de qualquer universidade", diz. Cerca de 40 prédios já foram oferecidos para abrigarem salas de aula da Uergs. A maioria é de prefeituras, outras são escolas e órgãos públicos do governo gaúcho.

Carlos Schimdt - Faculdade de Economia / Ufrgs

Uergs pública, gratuita, democrática e de qualidade

No dia 28 de junho, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou a criação da Universidade do Rio Grande do Sul. Uma iniciativa do atual governo que interpreta um forte desejo da sociedade gaúcha expresso inclusive nas assembleias do orçamento participativo.

Na realidade quase tudo está por fazer. O governo e Assembléia delegam para universidade o papel de se auto-construir. Isto porque, mesmo que o estatuto definitivo tenha que passar por aprovação da Assembléia, esta não irá contrariar a vontade da comunidade universitária em formação e um estatuto elaborado num processo estatutante democrático.

No entanto, alguns parâmetros gerais estão fixados. A eleição uninominal para reitor sinaliza seu caráter democrático, a personalidade jurídica que passou de fundação de direito privado no projeto original para fundação, mostra a disposição do governo de rever sua posição.

Gostaríamos de nos deter um pouco nesta questão fundamental. O governo acabou concordando com as entidades do movimento docente que não haveria ganho de flexibilidade caso a nova fundação fosse de direito privado, a não ser pela contratação de professores e funcionários pelo regime CLT, o que não era o objetivo procurado. Em primeiro lugar gostaríamos de apelar à sensibilidade do governo estadual à argumentação de quem vive na pele o problema da precarização das relações de trabalho e que percebe que este é o passo mais curto para emasculiar a criatividade docente e tolher a pluralidade da instituição universitária tão necessária para criação e difusão do conhecimento e para formar cidadãos livres. Este fato mostra sabedoria, espírito democrático e também humildade; qualidades tão raras hoje em dia no Brasil, principalmente em se tratando do governo federal, acometido que está de burrice, autoritarismo e arrogância.

Em segundo lugar, queríamos fazer um apelo no sentido de, na linha das qualidades antes expostas, o governo procure na implementação da Uergs, constituir um fórum de discussões sistemáticas com as entidades ligadas à educação e do conjunto da sociedade para garantir a qualidade e representatividade do nosso projeto de universidade.

Podemos assegurar que as entidades que militam pela educação têm um ponto de vista bastante crítico das instituições universitárias hoje existentes e que não pretendem que se reproduzam seus vícios e insuficiências, assim como compreendem que a Uergs não deve cobrir a inadimplência do governo federal na área da educação superior.

Vemos nossa Uergs enxuta, utilizando recursos humanos e materiais já existentes nos organismos estatais, com formações, programas de pesquisa e extensão vinculados a um projeto de desenvolvimento integrado e integrador como diz o governador, procurando qualificar nosso espaço econômico, social e cultural.

MAPA DOS REFUGIADOS

Somadas as populações de refugiados das guerras da África Oriental e da região dos Grandes Lagos, obtém-se o número de 12 milhões de pessoas... O número de pessoas deslocadas, só no Sudão, é de quatro milhões

Milhões são vítimas de guerras e deslocamentos forçados



Philippe Rekacewicz*

Curdos – Calcula-se entre 500 mil e dois milhões o número de curdos turcos deslocados no interior da Turquia. Desde o início da década de 80, mais de 500 mil iraquianos – entre os quais, cerca de 150 mil curdos – fugiram da violência política, buscando refúgio no Irã.

Guerras no Cáucaso – A partir de 1988, entre um e dois milhões de pessoas encontram-se deslocadas, na região, algumas em seus próprios países, outras em países vizinhos. No dia 1º de janeiro de 2000, havia cerca de 300 mil refugiados e deslocados na Armênia, 800 mil no Azerbaijão e 280 mil na Geórgia. Centenas de milhares de pessoas foram vítimas de perseguições durante a ofensiva russa de 1988 na Chechênia e, até hoje, vivem em condições precárias no Daguestão, na Inguchétia e na Ossétia do Norte.

Palestina – Os refugiados palestinos eram mais de 3,7 milhões em 1º de junho de 2000, espalhados pela Jordânia, Líbano, Síria e na Palestina (Cisjordânia e Gaza). Devem-se acrescentar a esse número várias centenas de milhares de pessoas deslocadas, na guerra de 1967, em Israel e no Líbano.

Guerras da África Oriental e da região dos Grandes Lagos – Somadas as populações de refugiados e deslocados dessas duas regiões contíguas, obtém-se o número de 12 milhões de pessoas... A multiplicação e a persistência dos conflitos armados e da violência étnica desde a década de 70 vêm se traduzindo por grandes fluxos migratórios. Os refugiados encontram-se nas rotas do êxodo: 470 mil sudaneses fugiram da guerra para os países vizinhos, enquanto 350 mil pessoas da Etiópia e da Eritréia buscavam refúgio no Sudão. Por outro lado, mais de 300 mil somalis ainda se encontram refugiados na Etiópia e no Quênia, assim como 500 mil pessoas do Burundi e 100 mil do Congo estão refugiadas na Tanzânia. O número de pessoas deslocadas dentro de seus próprios países é de dois milhões no Congo (República Democrática do Zaire), 1,4 milhão no

Burundi e em Ruanda, e, principalmente, quatro milhões no Sudão.

Angola – A guerra civil dura mais de 25 anos e continua impedindo a volta para suas casas de cerca de dois milhões de pessoas, que vagam pelo país. Mais de 300 mil angolanos refugiaram-se em países vizinhos, principalmente na República Democrática do Congo e Zâmbia.

Libéria e Serra Leoa – A continuação de conflitos armados na região força cerca de 500 mil pessoas a viverem no exílio, na Costa do Marfim e na Guiné. A Acnur calcula em 500 mil o número de deslocados dentro da Serra Leoa, e em cerca de 100 mil na Libéria, devido aos conflitos e à guerra civil naqueles países. A recente expansão da guerra para o Sul, transpondo a fronteira com a Guiné, provocou a fuga – para o Norte do país – de dezenas de milhares de refugiados da Serra Leoa, bem como da Guiné, que viviam na zona de combates.

Saara Ocidental e Argélia – A Acnur avalia que 165 mil refugiados (80 mil, segundo o Comitê dos Estados Unidos para os Refugiados) do Saara Ocidental ainda se encontravam, em 1º de janeiro de 2000, nos campos da região de Tindouf, no deserto do Oeste argelino. Além disso, calcula-se que de 100 a 200 mil pessoas tenham sido deslocadas desde o início da década de 90, devido à guerra civil.

Afeganistão – Os combates, de uma guerra que se vem arrastando há vários anos – assim como, atualmente, a seca – são responsáveis pelo deslocamento de mais de um milhão de pessoas no interior do país. Na década de 90, o número de refugiados afegãos no

Irã e no Paquistão era de cerca de seis milhões.

Dois milhões e meio deles continuam nesses países, espalhados por centenas de campos de refugiados, alguns deles definitivos.

Sri Lanka – Em 15 anos, a guerra levada pelo grupo separatista "Tigres de Libertação Tâmil Eelam" contra as forças de segurança deixou desabrigadas mais de um milhão de pessoas. Atualmente, 560 mil ainda estão deslocadas dentro do país, enquanto mais de 60 mil buscaram refúgio na Índia.

Ex-Iugoslávia – As guerras na região provocaram, desde 1991, o deslocamento de vários milhões de pessoas. Atualmente, cerca de um milhão de pessoas ainda se encontram deslocadas na Bósnia-Herzegovina e na Iugoslávia, enquanto 300 mil outras – apesar das operações de repatriação – se refugiaram em outros países europeus, principalmente na Alemanha, Suíça, Bélgica e Itália.

Colômbia – A partir de 1985, a guerra provocou o êxodo de cerca de 1,5 milhão de pessoas, fugindo dos combates entre os guerrilheiros, o exército regular e as milícias paramilitares. As populações perseguidas buscaram abrigo, em sua maioria, em campos de refugiados e nas favelas situadas na periferia das grandes metrópoles.

Timor Leste e Indonésia – Em setembro de 1999, após a vitória do movimento independente por ocasião do plebiscito, várias centenas de milhares de pessoas fugiram para as montanhas para escapar da feroz repressão das milícias pró-Indonésia. Devido a isso, cerca de 280 mil pessoas se deslocaram para a parte ocidental da ilha, de onde apenas cerca de 120

mil foram posteriormente repatriadas. Ainda ficaram, portanto, em Timor Oeste mais de 160 mil pessoas, das quais não há notícias concretas e que já não contam com a assistência do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, que suspendeu suas operações em setembro de 2000 quando três de seus representantes foram assassinados. Por outro lado, um relatório publicado em janeiro de 2001 pelo Comitê dos Estados Unidos para os Refugiados calcula que um milhão de pessoas tenham sido deslocadas no país devido à violência política e religiosa (Molucas, Sulawesi, Bornéu, Irian Jaya e Província de Aceh).

EUA e Alemanha - Em 1999, o governo alemão calculava em mais de um milhão o total de refugiados e asilados que se encontravam em seu território (para o Comitê dos Estados Unidos para os Refugiados, esse número seria de apenas 285 mil). Na América do Norte, o número é de 1,2 milhão - 1,1 milhão dos quais, nos Estados Unidos. Os asilados

em países europeus são basicamente egressos de países europeus ou asiáticos (ex-Iugoslávia, Romênia, Bulgária, Turquia, ex-União Soviética, Sri Lanka, Iraque, Afeganistão e Irã).

Traduzido por Jô Amado

* Cartógrafo e jornalista, Le Monde Diplomatique

Jogo polêmico

"State of Emergency", novo jogo para Playstation 2 da Rockstar, simula protestos contra a OMC, como os que aconteceram em Seattle em 1999.

O novo jogo causou grande controvérsia tanto entre manifestantes antiglobalização como entre "autoridades" norte-americanas.

Nele, o jogador assume o papel de um manifestante violento que se opõe ao domínio absoluto da Organização Americana de Comércio (alusão à Organização Mundial de Comércio). Ele tem que sair às ruas destruindo vitrines, espancando delegados da Organização e explodindo carros. Cada uma dessas "missões" lhe dá mais pontos.

O jogo gerou muita discussão. Segundo

uma parlamentar da cidade de Seattle que participou das manifestações contra a OMC, Mary Lou Dickerson, o jogo é uma afronta aos ideais pacíficos de 40 mil manifestantes. Segundo ela, "se você quer transformar seu filho num anarquista violento, essa é a melhor forma de treiná-lo".

Entre os manifestantes, também, uma grande discussão se iniciou. Há desde os que são favoráveis ao jogo - nele os manifestantes são os mocinhos e a OMC é o império do mal - até críticas apontando a apropriação mercadológica do movimento e sua caracterização estereotipada como um bando de baderneiros e desordeiros sem objetivo.

Fonte: Indymedia Brasil

ECONOMIA

Despedir para poupar

A desaceleração da economia norte-americana continua causando danos no mercado de trabalho. Demissões e reformas antecipadas estão na ordem do dia.

Demissões na Lucent

A fabricante norte-americana de equipamento de telecomunicações Lucent Technologies vai propor um plano de "demissões voluntárias" a 15 mil dos seus funcionários, anunciou na semana passada o Wall Street Journal. A decisão foi tomada após terem fracassado as negociações para a fusão da Lucent com a francesa Alcatel. A empresa, que conta com 104 mil trabalhadores, havia anunciado em janeiro um plano para a redução de 10 mil postos de trabalho até 31 de julho, dois mil dos quais já foram liquidados.

O plano é dirigido a trabalhadores com mais de 15 anos na empresa, que têm até meados de julho para aceitá-lo. A empresa negou-se a revelar se irá proceder dispensas forçadas caso a meta não seja atingida.

Segundo os especialistas, se metade dos trabalhadores aceitarem a proposta de reforma antecipada a Lucent conseguirá poupar 100 milhões de dólares por ano.

...na Swissair

A transportadora aérea suíça Swissair prevê economizar 322,6 milhões de euros até o final do ano, através de um plano de reorganização de estruturas internas e redução de pessoal, que está levando a cabo.

O argumento é que a redução da força de trabalho é

"inevitável" para o restabelecimento econômico do grupo. Uma das principais medidas da transportadora consiste na simplificação de hierarquias e de estruturas complexas.

... na Daewoo

A Daewoo Motor Poland anunciou na semana passada a demissão de 800 dos 2,9 mil trabalhadores da sua unidade de utilitários em Lublin (Leste da Polônia), que deverá ser comprada pelo grupo polonês Pol-Mot Holding SA. Estas demissões juntam-se à supressão, já anunciada no início do ano, de 900 postos na mesma unidade.

... e na Nasdaq

A norte-americana Nasdaq, cujo volume e notoriedade aumentaram fortemente durante o "boom" no setor da tecnologia em 1999 e início de 2000, comunicou aos seus empregados que devem se preparar para demissões.

Os cortes incidirão sobre 5% dos trabalhadores, um número compreendido entre 60 e 70 pessoas. A redução de pessoal foi anunciada em um correio eletrônico enviado aos cerca de 1,4 mil trabalhadores da empresa.

Segundo um porta voz da Nasdaq, "a diminuição nas comissões de emissão é um fator determinante nesta decisão, uma vez que a redução de pessoal ajudará a melhorar a eficiência interna".

Aprovado piso regional

A Assembléia Legislativa aprovou, por unanimidade, projeto de lei do Executivo que cria o Piso Salarial Estadual. Embora a redação original do projeto não tenha sofrido muitas alterações, três emendas foram aprovadas pelos deputados. Uma delas fixa em 1º de maio a data-base para a revisão do índice salarial. Duas outras causaram polêmica entre os parlamentares: a que reajusta em 38% os servidores da Brigada Militar e os do magistério e a que estende o piso regional para os servidores públicos do Estado.

O governo já anunciou que vai vetar estas duas emendas, porque "geram distorções na política salarial e, portanto, são inconstitucionais", diz o assessor jurídico do bancada do PT na Assembléia Legislativa,

Fernando Pacheco. O Executivo pretende encaminhar ao Legislativo, ainda este ano, projeto que estabelece o piso e teto salarial para o funcionalismo estadual, que foi rejeitado pelos deputados em 1999.

Na prática, nenhum servidor público do Estado recebe menos do que o piso estabelecido agora. O menor salário básico do funcionalismo é de R\$ 170, mas somando-se os benefícios da categoria, acaba sendo bem maior. A intenção do governo é fazer um realinhamento salarial e não conceder reajuste geral. No caso dos servidores da Brigada Militar, por exemplo, se for reajustado o piso da categoria, na mesma medida serão aumentados os salários dos níveis superiores, que recebem altos salários, inviabilizando os reajustes.



Fabico mostra suas entranhas



Fotos: Cristina Lima

A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Ufrgs (Fabico) mostrou-se por dentro no evento "Autópsia Fabicana", realizado por um grupo de alunos da disciplina Organização de Eventos, ministrada pelo professor Carlos Carvalho. O objetivo dos alunos Caroline Kovalski, Bianca Persici, Francine Longhi, Letícia Frainer e Rodrigo Silva, do sexto semestre de Relações Públicas, era "dissecar o Programa de Pós-Graduação (PPGCOM) e os Núcleos de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Comunicação". Para a aluna Caroline Kovalski, "este evento deveria ser realizado no início de cada semestre, para que os novos alunos se familiarizassem com o trabalho de bolsista. Muitos veteranos não sabem que existe a possibilidade de se desenvolver trabalhos em conjunto com professores".

O professor Sérgio Capparelli, que apresentou o projeto de Pesquisa "Estudo Comparado da Proteção à Infância no Sistema de Televisão de Seis Países", disse que os textos do seu grupo são sempre apresentados fora da Faculdade e não para a comunidade interna. A opinião comum dos alunos-pesquisadores é de que o trabalho é gratificante. A bolsista Fernanda Albuquerque, do sexto semestre de jornalismo, reconheceu que o trabalho abriu seus horizontes. "Através da pesquisa pude conhecer a cultura de outros países".

A Fabico tem tradição no desenvolvimento de projetos de Extensão. Desde 1970, o número de projetos aumenta a cada ano. O volume de recursos para o financiamento, porém, não acompanhou este crescimento, segundo o vice-diretor da faculdade, professor Ricardo Schneiders da Silva. "Nós temos os projetos, mas não somos contemplados com bolsistas para desenvolvê-los", lamenta.

Os trabalhos de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (ver quadro) foram apresentados no evento por alunos, professores e profissionais formados na Fabico. Paralelamente, foram exibidos vídeos produzidos pelos alunos do Circuito Interno de Televisão da Faculdade.

"A Oficina da Lata Mágica" - Ministrada pelos ex-monitores do Laboratório de Fotografia da Fabico Guilherme Galarraga, Maisa del Frari e Paula Biazus. Os fotógrafos mostraram como se produz a fotografia pinhole, feita com câmeras artesanais (latinhas) sem lente. A oficina da "lata mágica" realizada aos sábados, gratuitamente, é dirigida às crianças da Vila Nossa Senhora de Fátima.

"Acompanhamento de Egressos da Fabico" - Projeto de Extensão do professor e vice-diretor da Faculdade Ricardo Schneiders da Silva. A proposta, que está sendo desenvolvida na disciplina de Laboratório de Pesquisa, é localizar os ex-alunos da Fabico e desenvolver uma relação mais próxima com eles. O professor explica que, após o contato com os egressos, o próximo passo é identificar as suas demandas e desenvolver trabalhos que tragam os profissionais de volta para a Fabico, através de cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização. A necessidade surgiu depois da avaliação do Ministério da Educação sobre este item, que não existia na época. "A falta de acompanhamento dos egressos foi um dos motivos da nota baixa que recebemos na avaliação do MEC", explica Ricardo. A Fabico tem cerca de dois mil graduados e forma, em média, 40 profissionais por semestre.

"A Comunicação como Estratégia Política de um Modo de Governar" - Pesquisa realizada pela professora Maria Helena Weber, que acompanhou a ascensão do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de Porto Alegre até a eleição de Tarso Genro. A pesquisa, que está ainda em fase de desenvolvimento, teve início em 1989 e acompanha as estratégias de comunicação dos governos petistas. Maria Helena apresentou algumas conclusões, ainda parciais, de sua pesquisa. Para ela, a prefeitura de Porto Alegre estabeleceu estratégias de manutenção do poder através da comunicação. A professora ressaltou que, na cidade, a mídia não domina totalmente a mídia.

"Capacitação de Meninos em Situação de Rua para a Apropriação dos Meios de Comunicação" - Construção da cidadania e reinserção na sociedade são os principais objetivos do projeto de Extensão organizado pela professora Ilza Girardi e desenvolvido em parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA). A ideia é dar voz aos meninos que estão em situação de rua – que moram na rua ou fora de casa e que estão em processo de reintegração à família –, dando a eles instrumentos de expressão. "A EPA oferece o complemento educacional, em que os alunos reelaboram os meios de comunicação com a própria linguagem. Eles fazem oficinas de fanzines, cartoons, homepages, rádio, fotografia e vídeo", conta Ana Alice Dalcin Zorzi, diretora da escola. Fundada em 1995, a instituição desenvolve o trabalho de abordagem sistemática aos menores

de rua, estabelecendo um vínculo afetivo para que eles freqüentem a escola. Além de serem alfabetizados e participarem dos cursos e oficinas, os menores recebem bolsa-auxílio de R\$ 100,00, paga pela Prefeitura.

"TV e identidade cultural" - O projeto de Pesquisa, da professora Nilda Jacks, faz um levantamento bibliográfico de textos que abordam a temática sobre o Rio Grande do Sul e a cultura gaúcha e identifica a maneira como os autores se referem a esta cultura ao longo da história. Nilda diz que a cultura gaúcha tem a característica de ser muito voltada para a própria terra. "Isto ocorre porque o RS foi o único Estado que teve que ser conquistado com bravura para ser brasileiro". Esse bairrismo gaúcho influenciou até mesmo os imigrantes que colonizaram o Rio Grande. Nilda pretende incorporar, posteriormente, à sua pesquisa o programa "Mundo Grande do Sul", série de documentários apresentados pela RBS, que contou a história dos imigrantes na composição da cultura gaúcha. O resultado do trabalho será divulgado nos próximos livros "Tendências na Comunicação" e "Nós, os Gaúchos 3".

"Estudo Comparado da Proteção à Infância no Sistema de Televisão de Oito Países" - Outro projeto de Pesquisa apresentado pelo professor Sérgio Capparelli e realizado em conjunto com quatro alunos bolsistas é uma radiografia das legislações e normas de proteção à criança nos sistemas de TV de oito países: Brasil, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha e Itália. "O nosso interesse é a produção dirigida à infância. No Brasil, por exemplo, o código de regulamentação é de 1962, quando não existia um mercado de bens culturais voltados para a infância", esclarece o professor. Atualmente se discute muito um novo código eletrônico de massas, em substituição à lei de 62. Entretanto, a expectativa do professor Capparelli é de que tão cedo este código não será aprovado. O resultado da pesquisa está previsto para julho de 2002.

"Ofício do Jornalista: da Sala de Redação à Tela de Cinema" - Sub-Projeto de Pós-Graduação realizado pela professora Chista Berger, a bolsista Helena Kempf e o ex-bolsista Marcelo Träsel, retrata a vida dos jornalistas na visão do cinema. Helena explica que o grupo listou cerca de 500 filmes que mostram o ofício de jornalista. "Nós fizemos uma análise comparativa dos filmes, observando como a visão do jornalista vem se alterando ao longo da história no cinema", diz ela. Através do incentivo do CNPQ, o projeto possibilitou a montagem de uma videoteca, com aparelhos de videocassete e televisão. O projeto vai render ainda um livro, com a lista e a análise dos filmes, que será lançado em agosto pela Editora da Universidade. No semestre que vem, o grupo vai organizar uma mostra dos vídeos e debates sobre o tema.



Esse boletim não é gratuito

Sou do tempo romântico em que sindicalista ajudava sindicalista. Uma das ajudas mais importantes era a informação sindical, distribuída sem ideologia, sem casta ou interesse menor ou inconfessável. Também se lutava radicalmente contra qualquer profetismo sindical ou jornalístico.

O limite e o interesse eram a categoria como um todo. O limite é a comunicação entre os sindicalizados, e como tal é uma questão interna. Mas no presente caso essa questão envolve uma categoria cujo maior capital é o hábito de assumir o dever da integridade intelectual, atributo maior dos integrantes de uma universidade na visão de Max Weber. Daí a dificuldade de manipular qualquer versão dos fatos. Quem aderir a uma ideologia, partido ou grupo de interesses, para mostrar ou ocultar informações, produz pequenos panfletos ideológicos em todos os sentidos. A sua rejeição é liminar diante do crivo da integridade intelectual. Os próprios estudantes da Universidade de Córdoba de 1918 viram desaparecer e se evaporar toda a vitalidade de 'llamar todas las cosas por el nombre que tienen' quando viram os seus colegas aderindo a partidos e ideologias que nada tinham da verdade de chamar a sua realidade como o nome que tinham de fato.

Para a questão interna coloca-se o princípio de que a comunicação sindical é um serviço que o sindicato presta aos seus associados diante da necessidade que esse associado possui em ter os fatos dentro dos seus interesses e do seu crivo de integridade intelectual. Estamos na sociedade da comunicação e não há como dimensionar o preço de uma informação de primeira mão e ainda não manipulada. Constitui-se um verdadeiro poder, mas como poder democrático, a comunicação deve se abrir tanto para o conhecimento e, por sua vez, o saber sobre esse poder, para o seu direito e para a sua ética.

Outro fato é de que a comunicação sindical autônoma é muito cara. Diante desse fato convém acionar a ética e perguntar se o preço pago pelo serviço de informação oferecido pelo sindicato vale a pena. A resposta é do sindicalizado sobre se vale a pena o preço que ele paga pelo boletim.

Há necessidade da mão dupla: a informação e o seu retorno. Evidente que esse retorno pode ser auferido desde o obsequioso silêncio ou, então, um efetivo e constante pronunciamento dos seus sindicalizados sobre a política de Comunicação, que essa seção sindical e o próprio sindicato nacional produzem.

Dentro desse pressupostos coloca-se o embate entre a política de comunicação da Adufrgs e da Andes. Estamos divididos e o XX Congresso da Andes do Rio de Janeiro entre 15 e 21 de fevereiro de 2001 deixou isso escancarado. A política de comunicação também está dividida.

A Adufrgs tentou por todos os meios e através de abnegados colegas, funcionários e colaboradores estabelecer uma política que pudesse responder essas questões. O mesmo pode ser dito do sindicato nacional, que acabou impondo um severo corte nessa área.

Todos os dirigentes falam em consultar as bases. Vem a hora de conferir e de exercer a sua integridade intelectual.

O sindicalizado está satisfeito com a política de co-

lar para um pequeno grupo de convertidos com os quais está se consolando.

4) O outro lado da moeda, dessa xenofobia a qualquer 'impuro', abre espaço para equipar um verdadeiro centro comunicações da Andes com todos os recursos. Esses equipamentos exclusivos ficarão rapidamente obsoletos, a comunicação poderá ser controlada pela cúpula no poder e que não irá ter a menor continuidade. Ou visa constituir uma política de comunicação sindical que possa ser abraçada e continuada por qualquer grupo ou ideologia que venha a disputar a hegemonia do sindicato.

5) Para essa continuidade não há o menor vestígio de arquivo da Andes que possibilitaria averiguar qualquer equívoco e cobrança de coerência posterior.

6) Orçamento que deve vir e esteja sobre o controle do sindicato. Mas isso não significa que não seja possível estabelecer alianças como o Adverso fez com o sindicato dos jornalistas do *Le Monde*. Evidente que há interesses comuns entre docentes que estão filiados a outros sindicatos brasileiros e ou latino-americanos.

Essas são questões formais da comunicação. Mas as mais difíceis são para quem se dirige a comunicação. Já sabemos que são pessoas que exercem e deverão continuar o hábito de assumir o dever da integridade intelectual.

E em nome desse hábito de assumir o dever da integridade intelectual chegou a hora de perguntar o que de fato o grupo hegemônico quer na universidade e com a universidade?

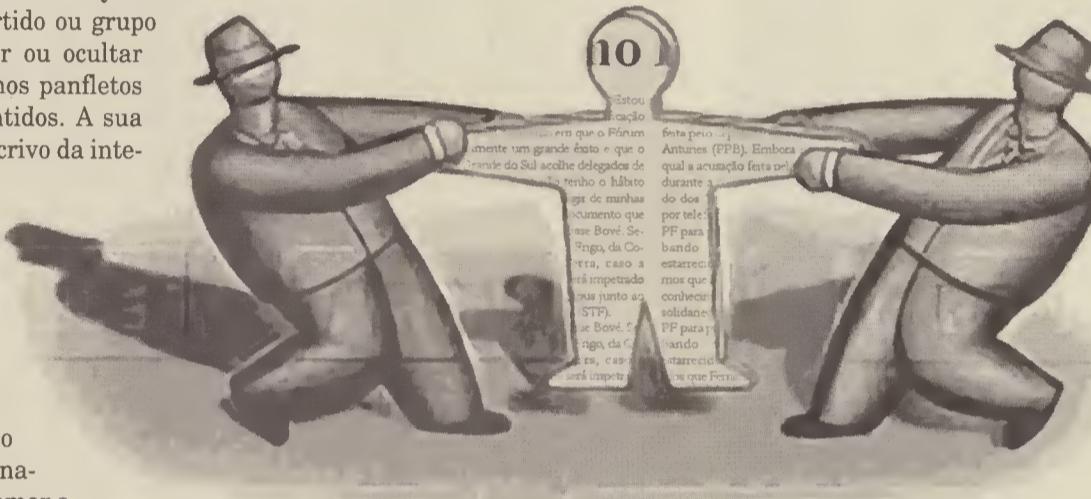
Que universidade? Divórcio completo entre movimento docente, que tem por base de operações a universidade. Razão para a reitora da Uerj de ela se sentir 'uma estranha no movimento'.

Quem está sendo excluído dela formalmente? Andes tornou-se sinônimo de Ensino Superior? Exclui o fundamental e o médio? Os docentes do fundamental e médio e inativos excluídos na sigla da Andes?

Quanto menor o grupo mais chance de unanimidade e de consolo recíproco. Toda a unanimidade é burra, preguiçosa e prepotente. Podem escolher qualquer cor, contanto que seja preta. Coronelismo disfarçado. Metido e colocando outros em movimentos sindicais.

Imagine-se um grupo com uma ideologia e práticas movimentistas dessa natureza se apropriado do aparelho estatal de uma nação! Pior que estão preparando agentes para essa façanha!

Os nossos dirigentes sabem para onde vão? Ou conduzem os seus iniciados em círculos num eterno ritual mágico ao redor dos 'seus princípios' tentando converter, ou anestesiar com essa magia, o maior número possível de prosélitos.



municação da Adufrgs, como o Adverso?

Há necessidade de perguntar se ele está satisfeito com a política de comunicação da Andes, como por exemplo o Informandes, que ele paga desde julho de 2000?

Um mar de palavras pode esconder um deserto de idéias, como dizia Voltaire.

Para ficar nas questões internas e a sua comunicação sobre ela, esse mar de palavra esconde:

1) Qual o orçamento que efetivamente a AD e o sindicato nacional disponibilizam para a sua comunicação interna. Essa quantia constitui uma verdadeira caixa preta à disposição tanto dessa como de qualquer outra diretoria.

2) Os boletins das ADs desconsiderados e desconectados entre si mesmos. Ou a possibilidade considerar só aqueles que são a favor da linha ideológica hegemônica. Um valioso potencial desperdiçado cada quinzena. Ou será que não há interesse de uma unidade nacional e circulação de informações entre as ADs reunidas internamente pelo seu sindicato?

3) Agência de notícias desconsiderada e desativada, rotatividade dos profissionais, xenofobia de qualquer 'estrangeiro ao ninho', levaram o sindicato nacional a fa-

ORELHA



Eu vi um novo mundo nascer

John Reed

Compilação de artigos do jornalista e escritor norte-americano. O autor de *Os Dez Dias Que Abalaram o Mundo* foi testemunha ocular de acontecimentos que mudaram a história de inúmeras nações. Entre os artigos do livro, está o célebre perfil que fez de Pancho Villa. Boitempo. 152 p.



Baudelaire

Théophile Gautier

Escrito originalmente como prefácio da primeira edição de *Obras Completas* de Charles Baudelaire, reúne críticas de Théophile Gautier, também poeta, que concentra-se em analisar os trabalhos de Baudelaire como crítico de arte e os textos de Poe que o simbolista verteu para o francês. Boitempo. 136 p.

Continente sombrio - A Europa do século XX

Mark Mazower

A história do continente recontada, da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até os últimos conflitos nos Balcãs. O historiador inglês dá destaque para as tragédias totalitárias: o nazismo e o fascismo. O livro é ilustrado por mapas sobre as alterações territoriais do continente. Cia. das Letras. 465 p.

WWW

Ecologia

www.adbusters.org

Página da revista canadense *AdBusters*, especializada em ecologia. Propõe modelos econômicos alternativos, que não agredem o ambiente.

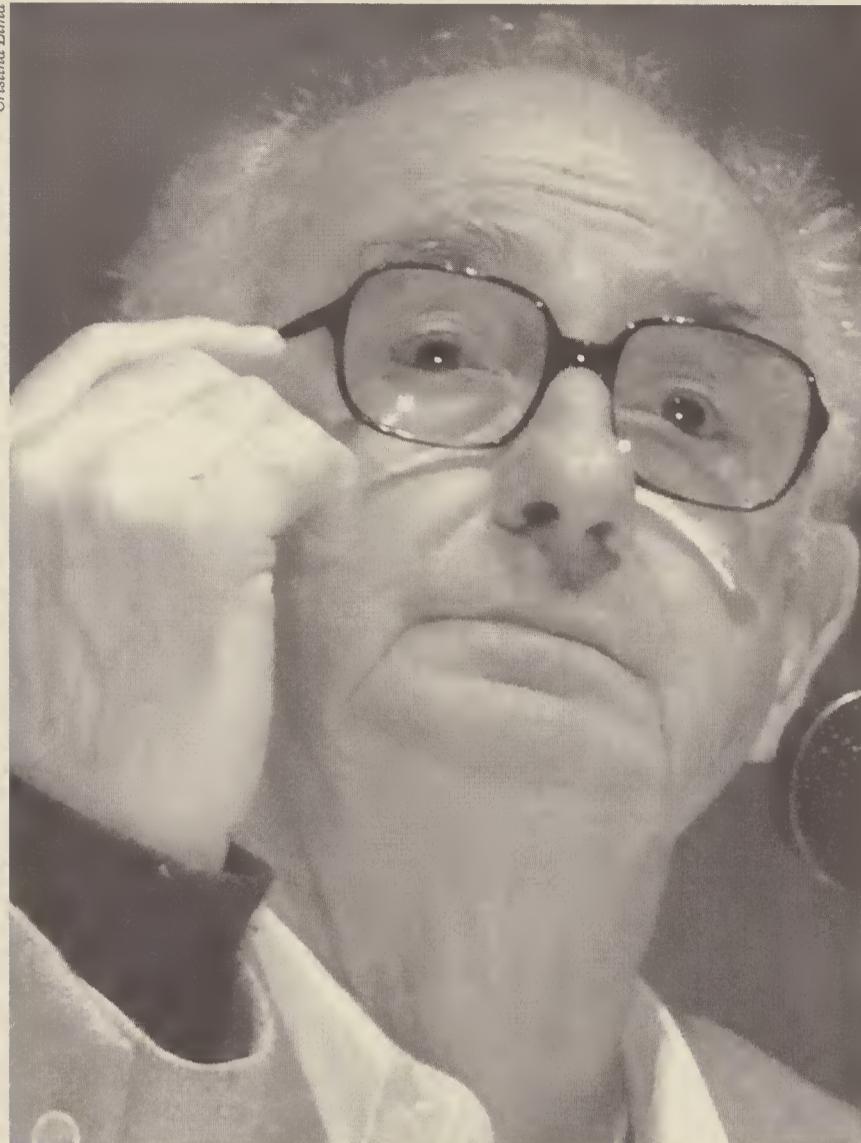
Antiglobalização

www.protest.net

Sítio com o calendário dos protestos que ocorrem na Europa e América, resumo dos principais eventos e dicas de como chegar às manifestações.

Socialismo para um novo mundo

Cristina Lima



Ianni: "Os partidos e os sindicatos devem caminhar para uma atuação em escala mundial"

AD

verso - O que é o neosocialismo?

Octávio Ianni - O quadro de crise extremamente grave, criado com o novo ciclo de globalização do capitalismo, gera inquietações que têm levado os movimentos sociais a propor uma organização alternativa da sociedade em âmbito mundial e nacional. O poder crescente das grandes corporações, que passaram a ter uma voz decisiva em assuntos mundiais, influenciando governos e organizações multilaterais, como o FMI e Banco Mundial, vitima amplos setores da sociedade civil, não só em termos de empregos, mas em termos de necessidade de migrar, de xenofobia, de racismos, de agravamento do problema da mulher, da agressão ao meio ambiente etc. Diante de tudo isso, setores sociais, em todo o mundo, estão reagindo, repensando, questionando a globalização e, ao mesmo tempo, plantando as raízes do que eu chamo, provisoriamente, de neosocialismo.

Adverso - Qual a origem do termo?

Ianni - É um socialismo que está sendo proposto a partir do agravamento da questão social nos tempos atuais. Questão social que não é mais apenas nacional, mas transnacional e mundial. Hoje se pode dizer que vivemos uma grave crise social em escala mundial. Não é só a contradição trabalho x capital. É também um problema étnico, das relações de gênero, ecológico e que repercute, às vezes decisivamente, nas condições de vida e de trabalho das populações que sofrem com a globalização. Neosocialismo é uma expressão ainda provisória, porque o socialismo que se ensaiou antes e que ainda está vigente na China e em Cuba é um socialismo de âmbito estritamente nacional e que foi instalado nesses países, assim como anteriormente na Rússia czarista e em outras partes, em condições muito particulares. Inclusive onde se combinavam remanes-

O sociólogo Octávio Ianni esteve no início do mês em Porto Alegre, participando do ciclo de seminários Um Outro Brasil é Possível, evento realizado pela agência de notícias Carta Maior e pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, na Ospa. Octávio Ianni tratou do tema Neoliberalismo e Neosocialismo, abordado em seu livro "A Era do Globalismo". Corporações transnacionais, capitalismo global, globalização da economia, flexibilização do trabalho, são termos cada vez mais comuns no dia-a-dia em qualquer parte do planeta. Eles inundam os noticiários e atormentam a vida de todos os trabalhadores, não importa em que quadrante geográfico. E não é possível combatê-los isoladamente. O novo teatro da história não é mais o estado-Nação, diz Ianni, mas o mundo. A luta contra o neoliberalismo globalizado deve levar isso em conta: ela só é possível com a construção de um novo socialismo, também globalizado.

Jéferson Assumção

centes de sociedades feudais ou semifeudais, como na Rússia, com classes sociais emergentes. Tanto a União Soviética quanto a China tiveram que se defrontar com quadros sociais muito diferenciados e muito marcados por heranças feudais ou por relações de castas e não apenas em relações de classes. Mas, em todos, o socialismo posto em prática foi o de cunho nacional.

Adverso - O que muda agora?

Ianni - Agora está evidente que não dá mais para propor uma solução socialista apenas para este país e não para os outros. Por quê? Porque o novo ciclo da globalização do capitalismo, que envolve a transnacionaliza-

ção das classes dominantes, envolve a formação de classes subalternas também transnacionais. E envolve, portanto, tensões, organizações e lutas de diferentes tipos em âmbito mundial. Por isso, os setores sociais que sofrem a globalização precisam caminhar e estão caminhando para uma aliança crescente em âmbito transnacional.

Adverso - Essa dimensão planetária não torna mais complexa a implantação de um neosocialismo?

“ O problema não é só mundial, mas ele só se resolve em escala mundial ”

Ianni - É muito complicado, claro, é muito difícil, mas é uma condição. Se um projeto socialista for proposto para um país apenas, ele rapidamente sofrerá as pressões e será bloqueado pelas organizações mundiais, das corporações e de alianças de classe em escala mundial. Agora, se houver alianças diversas entre os setores sociais que sofrem a globalização, em termos transnacionais, digo, várias nações, vários sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações e encontros, como o Fórum de Porto Alegre, então nós teremos algo que é novo, que é diferente. E, ao meu ver, o Fórum de Porto Alegre, como a Conferência sobre Racismo, que vai acontecer na África do Sul, assim como a Conferência sobre a Mulher, em Pequim, são evidentemente manifestações de reação, de protesto, de reivindicação, contra a maneira pela qual está se realizando a globalização. Uma globalização que é feita pelo alto, conforme os interesses de classes dominantes em escala mundial e que está implicando, como sabemos e podemos ver a olho nu, sem pesqui-

sas, em um custo social excepcional.

Adverso - O que tem unido os diferentes grupos e pessoas na luta contra a globalização?

Ianni - Em primeiro lugar, a unidade possível está inserida na história, na realidade. São muitos os que sofrem, os que estão sendo ameaçados pelos mesmos problemas. Por exemplo, o desemprego, que é mundial, é promovido por quem? Pelas corporações transnacionais, que substituem os trabalhadores por equipamentos eletrônicos. Essa é uma realidade que unifica as pessoas, que torna os indivíduos conscientes de que estão vivendo esta situação. Agora, há um outro fator de unidade fundamental: o desafio, que é coletivo, de pensar, analisar e compreender o que realmente está acontecendo. Muita gente está pensando que o problema é só nacional. Ora, isso é uma compreensão incompleta. O problema não é só mundial, mas ele só se resolve em escala mundial. Sem uma análise, uma anatomia científica do que realmente está acontecendo, ninguém sabe para onde vai. Essa necessidade de uma análise objetiva do que realmente está acontecendo é unificador. Os trabalhadores e os setores sociais que estão sofrendo a globalização no Uruguai, na Argentina, no Brasil, assim como na África a na Ásia estão começando a se dar conta de que eles vivem situações semelhantes. Para dar um exemplo fácil: os operários das indústrias de calçado de São Leopoldo e Novo Hamburgo descobriram que existem operários chineses que também fazem calçados. Isso é um primeiro momento de unificação. É claro que a unificação propriamente dita, em termos políticos, a associação de movimentos, é um processo demorado. E há um terceiro elemento, que é a questão da organização e atuação dos movimentos para além de suas fronteiras. A realidade é que os problemas são tão transnacionais que os partidos e os sindicatos podem e devem caminhar para uma atuação em escala mundial.

Adverso - Os trabalhadores já estão aprendendo a fazer isso?

Ianni - Estão aprendendo. Houve representações de trabalhadores no Fórum de Porto Alegre, assim como houve, recentemente, numa greve no ABC paulista, se não me engano, dos operários da Mercedes, que teve a solidariedade dos trabalhadores da fábrica na Alemanha. Da mesma forma, há dirigentes de sindicatos brasileiros que vão a Buenos Aires e vice-versa. Isso significa que já há um intercâmbio entre os movimentos organizados no sentido de fortalecer a sua compreensão do problema e sua atuação, criando uma nova globalização, de baixo para cima, de socialização da riqueza. Quem vai determinar o potencial destas manifestações é o desenvolvimento da história, o desenvolvimento das lutas sociais. As lideranças e as organizações devem compreender e atuar neste contexto, inseridas nas reivindicações locais, regionais, nacionais, mas compreendendo que as lutas, muitas vezes, devem ser travadas em âmbito mundial.